



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP SGT/2015

EAP 3º SGT QPE

(Edital nº 14/2014, de 10 de dezembro de 2014).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/04/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

01ª QUESTÃO – Nos exatos termos da Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Cabe aos militares a responsabilidade solidária das decisões que tomam e dos atos que praticam na execução de missões a eles taxativamente determinadas.
- B. () Cabe aos militares a responsabilidade compartilhada das decisões que tomam ou dos atos que praticam na execução de missões a eles determinadas.
- C. () Cabe aos militares a responsabilidade das decisões que tomam ou dos atos que praticam, exceto quando da execução de missões por eles taxativamente determinadas.
- D. () Cabe aos militares a responsabilidade integral das decisões que tomam ou dos atos que praticam, inclusive na execução de missões por eles taxativamente determinadas.

02ª QUESTÃO – Nos termos da Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O militar, fardado ou em trajes civis, tem as prerrogativas e as obrigações correspondentes ao seu posto ou graduação.
- B. () Somente nos casos de flagrante delito e mandado de prisão o militar poderá ser preso por autoridade policial civil.
- C. () Nenhuma praça especialista ou artífice poderá ser designada para função estranha à sua especialidade.
- D. () É assegurado ao servidor da Polícia Militar o direito de requerer, representar ou recorrer, na forma da legislação vigente. Referido direito decai, na esfera administrativa, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação do ato ou do conhecimento do fato.

03ª QUESTÃO – Ao dispor sobre a concessão de recompensas, o Decreto Estadual nº. 42.843/2002 estabelece alguns conceitos para os fins estabelecidos na referida norma. Nesse sentido, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira, marcando, a seguir, a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA na ordem de cima para baixo.

- | | | |
|---------------------------|-----|---|
| 1. Ficha de alterações | () | Aquelas que produzam repercussões positivas à Instituição, perante o público interno e externo, com indiscutível reconhecimento pela sociedade. |
| 2. Atividades relevantes. | () | Cumprimento dos deveres profissionais e compromisso com a preservação da Instituição e dos seus valores. |
| 3. Conduta exemplar. | () | Aquela que destaque valores profissionais, familiares e sociais na vida cotidiana do militar. |
| 4. Bons e leais serviços. | () | Aquela em que se verifique supremacia de registros positivos e que não comprometa aspectos fundamentais de hierarquia e disciplina. |
-
- A. () 4, 2, 3, 1.
 - B. () 1, 2, 4, 3.
 - C. () 2, 4, 3, 1.
 - D. () 3, 4, 1, 2.

04ª QUESTÃO – Sobre o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU e nos termos do Decreto Estadual n. 42.843/2002, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar designado para fazer parte do CEDMU deverá estar, no mínimo, no conceito “B”, sem pontuação negativa.
- B. () Militar do Quadro de Praças Especialistas da Polícia Militar (QPE-PM) não poderá integrar CEDMU.
- C. () O militar poderá compor mais de um conselho simultaneamente.
- D. () O Processo/Procedimento Administrativo-Disciplinar que, após a apresentação das razões escritas de defesa, conclua que não há transgressão disciplinar a punir, dispensa a análise do CEDMU.

05ª QUESTÃO – Nos termos do Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais (Decreto nº 46.298/13), marque a alternativa CORRETA.

- A. () São fatores de aferição do mérito das praças: nota da Comissão Instrutiva – CI, na PMMG, ou da AADP, no CBMMG, formação acadêmica, disciplina, tempo de serviço e conceito da CPP.
- B. () À praça é assegurado o direito de requerer, representar ou recorrer na forma da legislação vigente, cujo direito decai, na esfera administrativa, no prazo de cinco dias, contado da publicação do ato ou do conhecimento do fato.
- C. () A nota da Comissão Instrutiva (CI) na PMMG será obtida por meio da avaliação realizada no ano em que a praça concorrer à promoção e terá o valor máximo de oito pontos.
- D. () Para efeito de promoção, a antiguidade será apurada: pela data da promoção; pela prevalência sucessiva, em ordem crescente, dos graus hierárquicos anteriores; pela data de praça; pela data de nascimento.

06ª QUESTÃO – Marque a ÚNICA alternativa CORRETA que é considerada uma das situações impeditivas à autorização interna da PMMG para o militar adquirir arma de fogo, munição ou colete à prova de balas, nos termos da Resolução n. 4.085/10- CG:

- A. () Estar sob licença ou dispensa de saúde.
- B. () Estar classificado no conceito "C" ou "B", com pontuação igual ou inferior a vinte e cinco pontos negativos.
- C. () Ter sido punido definitivamente, nos últimos 2 (dois) anos, por transgressão disciplinar de natureza grave.
- D. () Não ter obtido o aproveitamento mínimo para a aprovação na Prova Prática de Tiro (PPT) do Treinamento Policial Básico (TPB), conforme normas internas em vigor.

07ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução n. 4.085/10- CG, o militar poderá adquirir armas de fogo de porte e portáteis, em quantidade máxima definida pelo Comando do EB. Assim, marque a alternativa que contém a CORRETA quantidade máxima por tipo de arma de fogo que o militar pode adquirir:

- A. () 2 (duas) armas de porte de uso restrito, semiautomática, no calibre .40.
- B. () 2 (duas) armas de porte de uso permitido.
- C. () 3 (três) armas portáteis do tipo espingardas ou carabinas de pressão por mola, com calibre menor ou igual a 6 mm. e que atiram setas metálicas, *balins* ou grãos de chumbo.
- D. () 1 (uma) arma portátil, de caça, de alma lisa, de uso permitido.

08ª QUESTÃO – Sobre o Porte Especial de Arma de Fogo (PEAF), regulado na Resolução n. 4.085/10 - CG, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar que tiver cassada a sua autorização do PEAF, somente poderá obter nova autorização após o prazo de 2 (dois) anos.
- B. () O PEAF não será concedido, em hipótese alguma, quando o militar for proprietário de arma de fogo.
- C. () Será cassada a autorização para PEAF do militar que tenha contribuído, dolosa ou culposamente, para o extravio de arma de fogo que se encontrava sob sua responsabilidade.
- D. () Não será concedido o PEAF para os militares que ingressaram na Instituição mediante decisão judicial de caráter permanente.

09ª QUESTÃO – A Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02, de 03 de fevereiro de 2014 (ICCPM/BM N. 02/14), elenca algumas providências que deverão ser adotadas pelas guarnições PM/BM responsáveis pelos registros dos boletins de ocorrências relativos ao crime comum e militar. Nesse sentido, marque a alternativa que descreve de forma CORRETA uma dessas providências:

- A. () Logo após o isolamento do local de crime, arrecadar os instrumentos da infração e/ou objetos que tenham relação com o fato e encaminhá-los à perícia.
- B. () Isolar, preservar, vigiar e inspecionar o local de crime e seus vestígios.
- C. () Acionar a perícia técnica e manter o local preservado até a conclusão dos trabalhos periciais, salvo se dispensada a cobertura policial pelos peritos.
- D. () Os materiais apreendidos relacionados ao crime militar serão encaminhados, juntamente com o boletim de ocorrência, para a Delegacia de Polícia responsável.

10ª QUESTÃO – Sobre a autoria indefinida, colateral ou desconhecida, nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02, de 03 de fevereiro de 2014 (ICCPM/BM nº. 02/14), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Quando ocorrer a autoria colateral não haverá a prisão em flagrante dos militares agentes.
- B. () A autoria indefinida ou indeterminada, ocorre quando não se consegue determinar qual dos militares que, agindo em concurso de agentes, cometeu o crime.
- C. () A autoria colateral incerta é aquela em que não se faz ideia de quem teria causado ou mesmo tentado praticar a infração penal militar.
- D. () Na autoria indefinida ou indeterminada lavrar-se-á o APF apenas em face do comandante da guarnição envolvida nos fatos.

11ª QUESTÃO – Sobre as situações de flagrante delito, nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias n. 02, de 03 de fevereiro de 2014 (ICCPM/BM nº. 02/14), marque a alternativa CORRETA.

- A. () O emprego de algemas, nos termos da Súmula Vinculante n. 11/STF, constitui medida excepcional, justificando-se apenas em situações de resistência à prisão, fundado receio de fuga ou para preservar a integridade física do executor, do preso ou de terceiros, devendo tal circunstância ser consignada em boletim de ocorrência.
- B. () O militar que praticar fato tipificado como infração penal, comum ou militar, deverá ser preso e apresentado somente ao respectivo Comandante.
- C. () Em situações definidas como crime militar, caso haja a lavratura do boletim de ocorrência, este será endereçado à Autoridade de Polícia Judiciária Comum (Delegado de Polícia).
- D. () O militar subordinado não poderá dar voz de prisão em flagrante delito a um militar superior hierárquico. Nesse caso, o subordinado deverá reter o superior no local até que este possa ser preso e conduzido por outro militar mais antigo ou seu superior hierárquico.

12ª QUESTÃO – Nos termos da DPSSP nº. 3.01.01/2010 – Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG (DGEOp) –, sobre os pressupostos e orientações procedimentais básicos para emprego da Polícia Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar, no exercício de suas funções constitucionais, isoladamente ou não, é Autoridade de Polícia Judiciária Militar.
- B. () A ação dos policiais militares, no exercício de polícia ostensiva em suas diversas configurações, serviços e oportunidades, devem desenvolver-se dentro dos estritos limites legais. Por essa razão pode-se dizer que o exercício do Poder de Polícia não é discricionário.
- C. () O mandato autorizativo da polícia é o uso da arma.
- D. () A dignidade da pessoa humana pode ser entendida como um valor supremo, intrínseco, conferido ao ser humano pelo simples condição de ser “humano”, independentemente da raça, cor, sexo, religião, origem social ou econômica, o que o distingue das demais criaturas.

13ª QUESTÃO – Nos termos da DPSSP nº. 3.01.01/2010 – Diretriz Geral para Emprego Operacional da PMMG (DGEOp), sobre O Emprego Operacional, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () São consideradas forças de reação do Comando-Geral as seguintes Unidades: Batalhão ROTAM (Btl ROTAM), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo (Btl RpAer) e Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE).
- B. () Os Batalhões são considerados Unidades de Execução Operacional (UEOP), compreendendo: Batalhões de Polícia Militar (BPM), Regimento de Cavalaria, ou Batalhões especializados em virtude da missão (transito, meio ambiente, guardas, choque, eventos, patrulhamento aéreo, ações táticas especiais, etc).
- C. () As Companhias Independentes não são consideradas Unidades de Execução Operacional (UEOp).
- D. () As forças de reação do Comando-Geral são destinadas a atuar em casos de graves perturbações da ordem, em ocorrências que extrapolem a capacidade de atendimento pelas UEOp/RPM, ou exijam o emprego de técnicas especiais.

14ª QUESTÃO – Sobre o uso da arma de fogo disciplinado no Caderno Doutrinário 1 – Intervenção Policial, Verbalização e Uso de Força, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O disparo de arma de fogo contra a pessoa é um procedimento excepcional. A regra geral é não atirar.
- B. () O policial militar, antes de disparar sua arma de fogo, deve, sempre que possível, abrigar-se imediatamente, e seguir o seguinte protocolo: 1º - advertir o abordado sobre a possibilidade de disparar sua arma de fogo; 2º - identificar-se como policial, mesmo estando fardado.
- C. () O policial militar está autorizado a disparar sua arma de fogo contra pessoas, em caso de legítima defesa própria ou de terceiros, contra ameaça iminente de morte ou ferimento grave.
- D. () O policial militar não pode disparar contra um agressor, simplesmente baseado no seu histórico criminal (“delinquente perigoso”).

15ª QUESTÃO – Sobre os fundamentos da abordagem policial à pessoa em atitude suspeita, conforme estabelece o Caderno Doutrinário 1 – Intervenção policial, verbalização e uso de força, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira, marcando, a seguir, a alternativa opção que contém a sequência CORRETA de respostas na ordem de cima para baixo.

- | | | |
|------------------------|-----|---|
| 1. Segurança. | () | É a atitude firme e resoluta do policial militar na ação, por meio de uma postura imperativa, com ordens claras e precisas. |
| 2. Surpresa. | () | Caracteriza-se por medidas que dificultam a percepção do abordado em relação ao policial militar. |
| 3. Rapidez. | () | É a velocidade com que a ação policial militar é processada, o que contribui substancialmente para a efetivação da “surpresa”. |
| 4. Ação vigorosa. | () | Caracteriza-se por um conjunto de medidas adotadas pelo policial militar para controlar, reduzir ou, se possível, eliminar os riscos da intervenção policial. |
| 5. Unidade de comando. | () | É a coordenação centralizada da intervenção policial militar que garante o melhor planejamento, fiscalização e controle. |

- A. () 4, 2, 3, 1, 5.
 B. () 5, 1, 3, 2, 4.
 C. () 1, 2, 4, 3, 5.
 D. () 3, 4, 5, 2, 1.

16ª QUESTÃO – Sobre os princípios essenciais do uso da força elencados no Caderno Doutrinário 1 – Intervenção policial, verbalização e uso de força, marque a alternativa CORRETA.

- A. () São os seguintes princípios essenciais do uso da força: legalidade, necessidade, conveniência e proporcionalidade.
 B. () O princípio da proporcionalidade constitui-se na utilização de força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites do ordenamento jurídico.
 C. () O princípio da conveniência estabelece que o nível de força utilizado pelo policial militar deve ser compatível, ao mesmo tempo, com a gravidade da ameaça representada pela ação do infrator, e com o objetivo legal pretendido.
 D. () O princípio da necessidade impõe que um determinado nível de força só pode ser empregado quando outros de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.

17ª QUESTÃO – Sobre o planejamento e desenvolvimento de uma blitz policial, com fulcro no Caderno Doutrinário 3 – Blitz Policial, marque a alternativa CORRETA.

- A. () São alguns dos armamentos e equipamentos a serem utilizados em uma operação blitz: armas de porte e coletes balísticos para todos os policiais, arma portátil para o PM Segurança (quando disponível) e apitos de trânsito, lanternas.
- B. () O local onde será realizada pode ser escolhido aleatoriamente, de modo a demonstrar maior lisura na ação policial.
- C. () Caso o comandante da operação decida pela alteração do local e do horário, dará ciência ao coordenador do policiamento e à Sala de Operações da Unidade.
- D. () São as seguintes funções específicas atribuídas aos policiais envolvidos na operação blitz: PM Comandante, PM Seleccionador, PM Vistoriador e PM Segurança.

18ª QUESTÃO – Sobre o emprego de armas de fogo durante a operação blitz, nos termos do Caderno Doutrinário 3 – Blitz Policial, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Em situação de normalidade (abordado cooperativo), os policiais com armamento de porte deverão manter suas armas nos coldres, em condições de serem sacadas quando necessário.
- B. () Em situação de resistência ativa, com agressão letal, a resposta imediata será do PM Comandante, que estará com a arma em pronta resposta.
- C. () Em situação de resistência passiva, assim como na situação de normalidade, somente o PM Segurança manterá o seu armamento em posição de arma localizada, guarda baixa ou guarda alta, conforme avaliação de risco.
- D. () Em situação de resistência ativa, com agressão não letal, a resposta imediata será do PM que estiver mais próximo, ou em melhor posicionamento tático.

19ª QUESTÃO – A Instrução 3.03.10/13-CG, que regula o emprego da Instituição com vistas à prevenção e repressão aos crimes de homicídio no Estado de Minas Gerais, elenca quais são as principais causas da violência verificadas em todo o mundo. Nesse sentido, marque a ÚNICA alternativa que cita, de forma CORRETA, algumas dessas causas.

- A. () Violência policial, crises mentais (loucura consequente de anomalias patológicas que, em geral, são casos raros), prepotência e desequilíbrio emocional.
- B. () Desrespeito, prepotência; dimensionamento equivocado da “honra” e das “ vaidades” e distúrbios decorrentes da relação AUTOR VÍTIMA de “BULLYING”.
- C. () Falta de diálogo entre contendores, falta de policiamento suficiente, desrespeito e sensação de impunidade.
- D. () Sensação de impunidade, crises de raiva causadas por fracassos e frustrações, falta de humildade para reconhecer erros e pedir desculpa, exposições a situações de risco de vitimização.

20ª QUESTÃO – A Instrução 3.03.10/13-CG, que regula o emprego da Instituição com vistas à prevenção e repressão aos crimes de homicídio no Estado de Minas Gerais, apresenta quais são os fatores podem ser facilmente identificados como mais relevantes para a incidência dos delitos interpessoais (agressão, ameaça, lesão corporal e tentativa de homicídio). Assim, marque a alternativa que NÃO constitui um desses fatores:

- A. () Uso de bebida alcoólica ou de drogas.
- B. () Ambiente social degradado.
- C. () Fator de risco no local de trabalho.
- D. () Desorganização comunitária e baixos vínculos com a vizinhança.

21ª QUESTÃO – Nos termos da Resolução nº 4320, de 16 de julho de 2014, que regulamenta o direito de acesso à informação no âmbito da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () É expressamente vedado o pedido de acesso a informações pessoais por terceiros.
- B. () O pedido de acesso às informações pessoais não estará condicionado à comprovação da identificação do requerente, bastando que contenha o seu endereço físico ou eletrônico, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.
- C. () Não será autorizada a divulgação ou acesso às informações consideradas imprescindíveis ao cumprimento da missão constitucional da Polícia Militar, especialmente aquelas que possam frustrar o planejamento ou a execução de ações e operações, comprometer a eficiência do emprego operacional ou colocar em risco a segurança do policial militar.
- D. () O acesso à informação não compreende o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.

22ª QUESTÃO – Nos termos da Lei nº 14.310/2002, que contém o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O prazo para conclusão do Processo Administrativo-Disciplinar Sumário (PADS), será de quarenta dias, prorrogável por mais vinte dias.
- B. () O Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU – é o órgão colegiado designado pelo Comandante da Unidade, abrangendo até o nível de Companhia Independente, com vistas ao assessoramento do Comando nos assuntos de que trata este Código. O CEDMU será integrado por três militares, superiores hierárquicos ou mais antigos que o militar cujo procedimento estiver sob análise, possuindo caráter consultivo.
- C. () O recurso disciplinar, encaminhado por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, será dirigido à autoridade imediatamente superior àquela, por meio de petição ou requerimento, contendo os seguintes requisitos: I – exposição do fato e do direito; II – as razões do pedido de reforma da decisão.
- D. () A comunicação disciplinar é a formalização escrita, assinada por militar e dirigida à autoridade competente, acerca de ato ou fato contrário à disciplina. A comunicação será clara, concisa e precisa, sem comentários ou opiniões pessoais, e conterá os dados que permitam identificar o fato e as pessoas ou coisas envolvidas, bem como o local, a data e a hora da ocorrência. A comunicação deve ser a expressão da verdade, cabendo à autoridade a quem for dirigida encaminhá-la ao acusado, para que, no prazo de cinco dias úteis, apresente as suas alegações de defesa por escrito.

23ª QUESTÃO – A respeito da “Sindicância Administrativa Disciplinar (SAD)”, prevista no Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais- MAPPA, aprovado pela Resolução Conjunta nº 4220, de 28/06/12 - marque a alternativa CORRETA.

- A. () Em qualquer fase da SAD que corra à revelia do sindicado, e antes da juntada das RED (Razões Escritas de Defesa) finais nos autos, este ou seu defensor constituído podem assumir a defesa do processo.
- B. () O prazo regulamentar para elaboração da SAD é de 40 (dias) dias corridos, podendo ser prorrogado por até 20 (vinte) dias corridos em casos de necessidade, pela autoridade militar delegante, quando tempestivo e devidamente motivado pelo sindicante.
- C. () A data da assinatura da portaria pela autoridade competente é o marco inicial da contagem dos prazos para a conclusão da SAD.
- D. () O prazo para a apresentação das RED (Razões Escritas de Defesa) será de 10 (dez) dias úteis, computados no prazo regulamentar do sindicante.

24ª QUESTÃO – De acordo com Instrução Conjunta de Corregedorias nº. 02, de 03 de fevereiro de 2014 (ICCPM/BM nº. 02/14), que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () O flagrante eficiente, previsto na lei processual comum, por meio do qual as pessoas são inquiridas separadamente em termos próprios e destacados entre si, compondo, ao final, um todo de natureza modular unido pelo auto de prisão em flagrante delito, não deve ser empregado para a lavratura do flagrante de crime militar, por força de dispositivo legal que proíbe tal aplicação no âmbito militar.
- B. () Na hipótese de crime militar praticado mediante disparo de arma de fogo, uma providência essencial a ser adotada, a partir do primeiro contato e sempre que possível, será o encaminhamento do militar para coleta de material destinado à realização de exame residuográfico, bem como da vítima, se necessário.
- C. () A nota de culpa deverá ser entregue ao preso, no prazo máximo de 24 horas após sua prisão, assinada pelo Presidente do APF, expondo o seu motivo, a tipificação legal do crime militar cometido, o nome do condutor e das testemunhas. O termo inicial para contagem do prazo de 24 horas será o da voz de prisão em flagrante dada pelo condutor e não da apresentação do preso à autoridade de polícia judiciária competente. Lavrado o APF e expedida a nota de culpa, o preso ficará, imediatamente, à disposição da autoridade judiciária competente.
- D. () A prisão em flagrante poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as garantias constitucionais do preso. O emprego de força só é permitido quando indispensável, no caso de desobediência, resistência ou tentativa de fuga.

25ª QUESTÃO – De acordo com o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais- MAPPA, aprovado pela Resolução Conjunta nº 4220, de 28/06/12 - marque a alternativa que completa corretamente a lacuna abaixo:

“Nas eventuais ausências de prazos especificadas para o regular trânsito e a solução de processos e procedimentos administrativos, deverá ser observado o interregno máximo de _____ dias corridos”.

- A. () 30 (trinta).
- B. () 10 (dez).
- C. () 20 (vinte).
- D. () 12 (doze).

26ª QUESTÃO – De acordo com Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01/2014, que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O atraso injustificado é considerado transgressão disciplinar, uma vez que o militar deve, obrigatoriamente, organizar-se, além de se preparar para o desempenho de suas atividades funcionais.
- B. () O interior de viaturas e postos policiais e de bombeiros deve ser considerado local em que a prática do fumo é vedada.
- C. () Ao militar em disponibilidade cautelar é permitido a permuta de serviço, mesmo durante a vigência da medida.
- D. () O comparecimento de militar em trajes civis nas dependências das IME, nas situações previstas no Regulamento de Uniformes e Insígnias da Polícia Militar (RUIPM) e do Corpo de Bombeiros Militar (RUICBM), deverá ocorrer de forma condizente com o local e atividade a ser exercida.

27ª QUESTÃO – De acordo com a Resolução Conjunta nº 4.338/2014, que dispõe sobre os parâmetros para declaração de ação legítima de militares estaduais em conformidade com o § 4º do art. 203 da Lei n. 5.301/69, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG) marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Nos casos de práticas de infrações penais, cujas apurações criminais forem realizadas por órgãos distintos da IME, a declaração de ação legítima se dará mediante requerimento da parte interessada ou de ofício pela autoridade competente.
- B. () Nos crimes culposos de qualquer natureza e nos demais crimes não previstos no art. 203, IX, do EMEMG, não se deve manifestar sobre a legitimidade da ação.
- C. () Os encarregados de IPM deverão, no relatório, emitir seu parecer quanto à possibilidade de declaração da legitimidade da ação do militar investigado.
- D. () O ato administrativo que declarar a legitimidade da ação produzirá os seus efeitos a partir da data de sua assinatura.

28ª QUESTÃO – De acordo com o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCONT), de 19/05/2009, NÃO integra o rol daqueles que têm direito à Continência:

- A. () Os integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, Corporações consideradas forças auxiliares e reserva do Exército.
- B. () Os militares da reserva ou reformados, quando reconhecidos ou identificados.
- C. () A tropa quando formada.
- D. () Prefeitos Municipais.

29ª QUESTÃO – O Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCONT), de 19/05/2009 estabelece que a atitude, o gesto e a duração são elementos essenciais da continência individual. Nesse sentido, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira, marcando, a seguir, a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- 1. Atitude. () O tempo durante o qual o militar assume a atitude e executa o gesto.
- 2. Gesto. () Postura marcial e comportamento respeitoso e adequado às circunstâncias e ao ambiente.
- 3. Duração. () Conjunto de movimento do corpo, braços e mãos, com ou sem armas.

- A. () 1, 2, 3.
- B. () 3, 2, 1.
- C. () 3, 1, 2.
- D. () 2, 3, 1.

30ª QUESTÃO – Nos termos da Instrução Conjunta de Corregedorias nº. 03 (ICCPM/BM nº 03/2014), aplicabilidade dos artigos 174 e 175 do manual de processos e procedimentos administrativos (MAPPA), marque a alternativa INCORRETA.

- A. () Ao militar com licença saúde que, devidamente notificado acerca de sua participação facultativa aos atos de instrução do processo disciplinar de qualquer natureza, não vier a comparecer e não nomear defensor que o represente, ser-lhe-á designado defensor “ad hoc”, quando a norma exigir, como forma de garantir o exercício do contraditório.
- B. () O CEDM ou MAPPA exigem, tanto nos processos demissionários, quanto não demissionários, a presença do acusado durante a realização dos atos de instrução, cujo contraditório poderá, se preferir, ser exercido pelo defensor constituído.
- C. () A concessão de licença saúde ao militar acusado não conduz, necessariamente, à paralisação do respectivo processo disciplinar, tendo em vista que, além de não constituir causa legal de suspensão da prescrição da pretensão punitiva os seus efeitos se ligam especificamente à vedação do cumprimento do serviço de natureza policial ou bombeiro militar.
- D. () A dispensa saúde implicará no afastamento temporário ou definitivo do exercício de determinado serviço de natureza policial ou de bombeiro militar e, conseqüentemente, na readaptação funcional do militar em atividades laborais compatíveis.

31ª QUESTÃO - Marque a alternativa que NÃO corresponde a uma pena acessória segundo o Código Penal Militar.

- A. () Incompatibilidade com o oficialato.
- B. () Cassação dos direitos políticos.
- C. () Suspensão da tutela ou curatela.
- D. () Perda da função pública, ainda que eletiva.

32ª QUESTÃO - De acordo com o Código Penal Militar NÃO é um crime contra o serviço militar e o dever militar.

- A. () Descumprimento de missão.
- B. () Deserção.
- C. () Omissão de oficial.
- D. () Recusa de obediência.

33ª QUESTÃO - De acordo com o Código Penal Militar assinale a alternativa CORRETA.

- A. () No crime de peculato culposo não há possibilidade de minoração da pena, mesmo havendo a reparação do dano posterior a sentença irrecorrível.
- B. () No crime de desacato a superior a pena é majorada, mesmo se o superior for comandante de unidade diversa a do agente.
- C. () Há previsão da prática dos crimes de condescendência criminosa e de inobservância de lei, regulamento ou instrução, por negligência.
- D. () Receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, trata-se do crime de concussão.

34ª QUESTÃO - De acordo com o Caderno Doutrinário 12- Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo - IMPO - Manual Técnico-profissional nº 3.04.012/2013-CG, que regula a utilização de armamentos, equipamentos e munições de menor potencial ofensivo na PMMG, marque a alternativa CORRETA, no tocante aos efeitos fisiológicos provocados pelos agentes químicos, Clorobenzilideno Malononitrila (CS), Oleoresina Capsaicina (OC) e o Hexacloretano, utilizados pela PMMG:

- A. () Os três agentes químicos produzem os mesmos efeitos fisiológicos na pele, quais sejam: Intensa irritação e sensação de alfinetadas ou queima de todas as áreas epidérmicas úmidas; bolhas na pele exposta, em pesadas concentrações.
- B. () O efeito fisiológico de pesado fluxo de lágrimas ocorre na utilização do Clorobenzilideno Malononitrila (CS).
- C. () O Hexacloretano provoca no peito os seguintes efeitos: Irritação, sensação de queima, tosse, desconforto, dificuldade de respirar, aperto no peito, sentimento de sufocação provocado pela bronco-constricção, acompanhado de pânico.
- D. () A Oleoresina Capsaicina (OC) provoca no Sistema Nervoso Central os seguintes efeitos fisiológicos: Terrível mal-estar passageiro; náuseas, vômitos, especialmente em altas concentrações ou exposições prolongadas.

35ª QUESTÃO - De acordo com o Caderno Doutrinário 12- Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo – IMPO - Manual Técnico-profissional nº 3.04.012/2013-CG, que regula a utilização de armamentos, equipamentos e munições de menor potencial ofensivo na PMMG, marque a alternativa CORRETA que apresenta característica da Granada de mão explosiva outdoor luz e som:

- A. () Granada que possui carga explosiva capaz de produzir efeito psicológico pelo ruído (sopro sonoro) e pelo deslocamento de ar, característicos de sua carga detonante.
- B. () Granada que produz efeito psicológico pelo ruído (sopro sonoro) e pelo deslocamento de ar, característicos de sua carga detonante. Soma-se, a esses efeitos, o fisiológico, provocado por sua carga química composta de cristais de CS ou OC.
- C. () Granada que causa atordoamento pelo intenso barulho e deslocamento de ar provocado pela detonação da carga explosiva, associado à luminosidade intensa. O efeito permite rápida e eficiente ação policial após a detonação, uma vez que a luminosidade provocada cega momentaneamente os atingidos. Para potencializar o efeito de flash, seu uso é recomendado durante a noite, no fim de tarde ou em dias de tempo fechado com baixa luminosidade do sol.
- D. () Granada que possui carga explosiva que, no momento da detonação, provoca efeito atordoante, devido ao intenso barulho produzido por sua explosão e consequente deslocamento de ar, associado à projeção de um pó químico branco e inócuo.

36ª QUESTÃO – De acordo com o Caderno Doutrinário 12 - Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo – IMPO - Manual Técnico-Profissional nº 3.04.012/2013-CG, que regula a utilização de armamentos, equipamentos e munições de menor potencial ofensivo na PMMG, as munições Antimotim possuem as mesmas regras de utilização que as munições de impacto controlado, exceto a distância mínima para emprego, uma vez que cada modelo de munição antimotim possui a sua especificidade e distância. Nesse sentido, enumere a segunda coluna (utilização/características) de acordo com a primeira (munição), marcando, a seguir, a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- | | |
|------------------|---|
| 1. Antimotim. | () Controle de distúrbios a média distância (de 10 a 20m). |
| 2. Antimotim MD. | () Controle de distúrbios a curta distância (até 5m). |
| 3. Antimotim LD. | () Controle de distúrbios a longa distância (de 20 a 50m). |

- A. () 2, 1, 3.
- B. () 1, 2, 3.
- C. () 2, 3, 1.
- D. () 1, 3, 2.

37ª QUESTÃO – Segundo a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011-CG, que regula a aplicação da filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais, o conceito de Polícia Comunitária inclui mais que o exercício de novas funções, uma moderna visão da gestão da segurança pública, segundo a qual a cultura organizacional é transformada. Marque a alternativa que NÃO CORRESPONDE a um dos princípios da Polícia Comunitária:

- A. () Mudança interna.
- B. () Filosofia e estratégia organizacional.
- C. () Extinção do mandato policial.
- D. () Ajuda às pessoas com necessidades específicas.

38ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.06/2011-CG, que regula a aplicação da filosofia de Polícia Comunitária pela Polícia Militar de Minas Gerais, há diferenças entre polícia tradicional e polícia comunitária. Nesse sentido, enumere a segunda coluna (características) de acordo com a primeira (Polícia), marcando, a seguir, a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas na ordem de cima para baixo.

- | | |
|------------------------|--|
| 1. Polícia tradicional | () Na relação com as demais instituições de serviço público, a polícia é apenas uma das instituições governamentais responsáveis pela qualidade de vida da comunidade, dentro a visão do sistema. |
| 2. Polícia comunitária | () O papel da polícia é se preocupar com a resolução do crime. |
| | () As prioridades são quaisquer problemas que aflijam a comunidade. |
| | () O que determina a eficiência da polícia é tão somente o tempo de resposta às solicitações. |

- A. () 2, 2, 1, 2.
- B. () 2, 1, 2, 1.
- C. () 1, 2, 1, 1.
- D. () 1, 1, 2, 2.

39ª QUESTÃO – Segundo o Caderno Doutrinário 2 - Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas - Marque abaixo a alternativa que NÃO CORRESPONDE a um dos tipos de deslocamentos a pé:

- A. () Deslocamento em progressão.
- B. () Deslocamento normal.
- C. () Deslocamento rápido.
- D. () Deslocamento lento.

40ª QUESTÃO – Segundo o Caderno Doutrinário 2 - Tática Policial, Abordagem a Pessoas e Tratamento às Vítimas, marque a alternativa que completa corretamente as lacunas abaixo, na ordem que aparecem.

“Na posição de contenção em pé sem apoio, deverá ser determinado ao abordado que coloque as mãos sobre a testa e não sobre a cabeça, conforme as demais posições. Esta técnica permite que, em caso de reação durante a vistoria, o _____, puxe os dedos do abordado para trás, desequilibrando-o e projetando-o ao solo. Este procedimento irá proporcionar ao _____ tempo para reação, com emprego de técnicas de imobilização e uso de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (IMPO).”

- A. () PM Verbalizador, PM Verbalizador.
- B. () PM Revistador, PM Verbalizador.
- C. () PM Verbalizador, PM Revistador.
- D. () PM Revistador, PM Revistador.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40